

---

## O papel dos espaços de sociabilidade na sedimentação dos espaços de representação política

---

Antonio Carlos Amador Gil\*

O processo de tomada de consciência das elites americanas que ocorreu desde a invasão napoleônica da Espanha até a consolidação de seus respectivos processos de independência teve, na circulação dos periódicos, um de seus importantes sustentáculos. A imprensa assumia, então, um caráter pedagógico, uma vez que havia uma pedagogia política, um “plano claro e tenazmente seguido para transformar as mentalidades de seus leitores”<sup>1</sup>. Sua função era transmitir as novas idéias e provocar a “mutação cultural e política da modernidade”. Um de seus pontos-chaves era a “transição da concepção antiga de nação” que “faz referências às comunidades políticas diversas e heterogêneas do antigo regime”, à concepção que faz referências “a uma comunidade nova fundada na associação livre dos habitantes de um país”<sup>2</sup>. Ao pesquisarmos os periódicos do período da independência, percebemos que os atores tinham consciência de que estavam fundando uma nova sociedade e também um homem novo. Talvez possamos interpretar o caráter

revolucionário da independência argentina a partir desse prisma.

Ao abordarmos o papel da circulação de idéias, não podemos deixar de frisar que estava surgindo algo radicalmente novo que foi a criação de um cenário público, conforme afirma Xavier Guerra<sup>3</sup>. A discussão de idéias nos “salões, tertúlias, academias, lojas maçônicas e sociedades econômicas fez com que a opinião pública moderna florescesse”<sup>4</sup>. Além disso, estas novas formas de sociabilidade, ou seja, estes novos lugares em que se efetuava a socialização dos homens foram fatores importantes para a construção e difusão da Modernidade<sup>5</sup>. A modernidade teria como seus ingredientes fundamentais o conceito de universalidade, individualidade e autonomia<sup>6</sup>, elementos em gestação nestes novos espaços de sociabilidade.

Em seu livro “*Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*”<sup>7</sup>, Habermas demonstrou a estreita ligação entre a esfera pública política e a esfera pública

\* Professor de História da América na Universidade Federal do Espírito Santo e Doutorando em História na USP.

literária durante o século XVIII e inícios do século XIX. Habermas considerou que o debate nas rodas literárias (o espaço público literário) preparou a discussão no espaço público político.

Para Habermas, o acesso a esse espaço é garantido a todos os cidadãos que atuam como um corpo público quando se expressam, com a garantia de total liberdade de reunião e associação e de liberdade de expressão e publicação, sobre assuntos de interesse geral. O autor remonta a um liberalismo que é historicamente inalcançável, em que o público participante era limitado à burguesia. Socialmente, a estruturação do espaço público era consequência de uma transformação social que Habermas situa na transição do feudalismo ao capitalismo, ou seja, no processo de acumulação de capital resultante da expansão do comércio e das manufaturas, em que uma nova classe bem sucedida, a burguesia, ansiava por inovações e espaços renovados de atuação.

As transformações resultantes desse processo reestruturaram as relações entre o Estado e a sociedade, baseadas numa nova concepção de público e privado. Isso porque o espaço público, como formador da opinião pública, se tornou o espaço mediador entre a sociedade e o Estado, o que só pôde acontecer com a transformação das relações sociais e o aparecimento de um novo discurso sócio-político-cultural.

Além disso, o crescimento da circulação de idéias através do fluxo de notícias numa esfera internacional, graças ao crescimento das redes de comércio e da invenção da imprensa, “geraram uma nova categoria de co-

nhecimento público e informação”<sup>8</sup>.

Habermas se preocupou com os processos de leitura, de pensamento e de discussão como elementos constituintes do público. O modelo ideal se estruturava com a perfeita troca entre iguais, ou seja, seu ideal de comunicação racional pressupunha a participação igual e livre de seus membros. Habermas, portanto, constrói um modelo ideal que tem sido discutido em diversos trabalhos que pesquisam aspectos concretos de diversas sociedades de inícios do século XIX. O trabalho de Guerra é um exemplo.

Nossa perspectiva de análise leva em conta o papel das associações voluntárias e da vida associativa como definidores do espaço público. Habermas considera a leitura e as sociedades literárias como fatores importantes para as novas aspirações públicas. As associações de finais do século XVIII, como as sociedades de leitura, os clubes patrióticos, a maçonaria, os grupos de discussão política e outras sociedades secretas, adquiriram ambições políticas específicas durante a Revolução Francesa, especialmente as referentes ao domínio político e à modelagem das nacionalidades.

No caso da América Espanhola, podemos perceber que a emergência da nacionalidade, ou seja, o crescimento do público ligado ao discurso nacional, foi simultâneo ao surgimento do espaço público.

As associações voluntárias foram muito importantes para a emancipação da burguesia e sua auto-afirmação, porque a prática dessas associações era contrária aos princípios de organização corporativa que delimitavam a função e o lugar social pelo nascimento. Suas

práticas permitiam a expressão das opiniões num espaço público, independentemente das limitações sociais de comportamento e de status, comuns nas sociedades de Antigo Regime.

É importante ressaltar que o incremento dos meios de comunicação como, por exemplo, o grande aumento do número de publicações e jornais impressos no período, não só facilitou a troca de informações e de idéias como também permitiu o florescimento de novas formas institucionais de ação política.

Habermas afirma que a estrutura ideológica em formação, ligada ao liberalismo, ao ideal de emancipação fundado na comunicação racional, e à idéia iluminista de liberdade, seria a consequência de um processo socioeconômico de desenvolvimento, ligado à transição do feudalismo ao capitalismo, ao desenvolvimento desse mesmo capitalismo, à comercialização e ao crescimento do mercado consumidor mediado pelas novas estruturas do espaço público<sup>9</sup>.

Com relação ao nosso objeto de estudo, ou seja, as sociedades americanas do momento da independência, temos de relativizar alguns pontos do modelo construído por Habermas, pois ele privilegia basicamente o espaço burguês. Neste sentido, não podemos deixar de levar em consideração o papel dos grupos subalternos, não burgueses, que também aspiravam a usufruir dos novos espaços de sociabilidade e discussão. A atmosfera era propícia à participação, na medida em que a difusão de idéias e sua circulação, assim como a instauração de novas constituições e novas liberdades criaram novas possibilidades para setores até então marginalizados, como os tra-

balhadores urbanos, que foram muito influenciados pelos ideais jacobinos. Fica, portanto, difícil manter as oposições ligadas à educação (educados x não educados) ou ao conhecimento da arte de ler (alfabetizados ou instruídos x não alfabetizados ou não instruídos), uma vez que o espaço público foi marcado, desde a sua instauração, pela presença de setores populares que continham setores radicais instruídos e combativos.

Habermas construiu o seu modelo a partir das transformações estruturais ocorridas na Europa ocidental. Contudo, a construção do espaço público, principalmente depois do impacto da Revolução Francesa, adquiriu novas características. A Revolução Francesa difundiu um novo vocabulário político e permitiu a discussão das circunstâncias de dependência das sociedades coloniais. Esse novo vocabulário político fundamentou os anseios de construção de Estados independentes, fomentando os sentimentos de construção das nacionalidades e de espaços públicos nacionais. Surgem aí, principalmente nos círculos intelectuais, mas não somente neles, diversos espaços associativos que estimularam a discussão de diversos problemas.

Uma característica desse processo é a grande influência externa. Isto pode se ver tanto na importação de modelos, como na dinâmica associativa, muito mais ligada aos influxos estrangeiros do que ao espontâneo desenvolvimento das forças associativas internas.

Como já comentamos anteriormente, Habermas elabora o seu conceito de espaço público de uma maneira bastante restritiva, tanto na concepção de sua formação, limita-

da ao espaço da burguesia, como na idealização do caráter burguês, na medida em que não considera os aspectos restritivos do elitismo burguês no espaço de participação. Em termos históricos, as diversas críticas contemporâneas a respeito do conceito de esfera pública dizem respeito aos “aspectos inquestionados do velho modelo liberal como a exclusão patriarcal da mulher e sua homogeneidade em termos de classe e valores culturais compartilhados”<sup>10</sup>. Também não podemos esquecer que a conceitualização de esfera pública para Habermas era, em realidade, a esfera pública da Europa Ocidental.

A teoria de Habermas sobre o período inicial de formação da esfera pública não prevê uma grande intervenção do Estado; pelo contrário, seu modelo da racionalidade comunicativa prevê um Estado que pouco intervém no processo em sua fase inicial. Sua teoria também idealiza o “elemento de discurso racional na formação da esfera pública e omite até que ponto suas instituições foram fundadas no sectarismo, exclusividade e repressão”<sup>11</sup>. Na verdade, precisamos trabalhar com o conceito mais amplo de espaço público, onde a “autoridade não é somente constituída como racional e legítima mas também em termos que podem ser contestados e modificados pelos grupos subalternos”<sup>12</sup>.

Em nosso trabalho, partimos de uma concepção mais abrangente da teoria de Habermas, com base nos estudos de Eley e Hohendahl. Neste sentido, consideramos a existência de diversos espaços públicos que competem entre si. Isso permite analisar também o papel das mobilizações das camadas ditas subalternas e suas tradições radicais, que tentavam

implementar um modelo de construção do Estado e de emancipação nacional, que talvez poderíamos definir como um certo tipo de liberalismo radical<sup>13</sup>. A nosso ver, o espaço público é estruturado a partir da disputa e da negociação entre uma variedade de espaços públicos e não como um processo linear e restritivo de constituição da burguesia.

Em 1815, por exemplo, o periódico “El Censor” publica, em seu nº 12, uma proposta de estrutura e funcionamento da “Sociedad filantropica literaria de amigos del país”<sup>14</sup>. Neste ponto é importante ressaltar o papel da imprensa e o que condiciona a sua difusão como, por exemplo, a alfabetização. Xavier Guerra, sem nos dar cifras precisas, nos informa que há indícios de que “boa parte da população das cidades e, em menor medida, a do campo, estava alfabetizada em proporções significativas e muito maiores do que se pensava até agora”<sup>15</sup>.

Antes do surgimento desse “espaço público político”, já existia o que poderíamos chamar de “espaço público literário”, que muitos definem como república das letras. Esses espaços que agrupam os homens permitem a livre discussão de assuntos e temas, independentemente de seus cargos nobiliárquicos ou corporativos. Julga-se então em nome da razão, erigindo uma instância independente do Estado. A crise do absolutismo permitiu a constituição do espaço público político a partir da desapareição de fato da censura.

Essas novas formas de sociabilidade se multiplicaram em finais do século XVIII e princípios do século XIX, permitindo o surgimento de um novo imaginário e de no-

vas práticas políticas.

No momento da independência, os colonos da região do Rio da Prata se auto-identificavam como espanhóis americanos, em oposição aos espanhóis metropolitanos. A primeira Junta de Buenos Aires convocou as cidades do Rio da Prata, e não aos argentinos. Isso demonstra que a identidade local ainda era o elemento de maior importância para a definição do pertencimento de sua população.

Isso pode ser constatado com base em vários exemplos. Durante os trabalhos da assembléia constituinte em 1819, podemos constatar que a remuneração dos deputados era feita através das Juntas eleitorais municipais de cada província, em nome das “províncias e povos (pueblos) que representam”<sup>16</sup>. Quando o governo normalmente manda divulgar atos administrativos para as diversas regiões que constituem o governo do Rio da Prata, ele produz circulares que são distribuídas primeiramente aos cabildos das províncias, e logo depois “transcritas”, ou seja, copiadas aos governadores e aos intendentes das províncias<sup>17</sup>. Podemos perceber, por este simples expediente burocrático, que os cabildos provinciais representavam o verdadeiro centro administrativo em cada região.

Quando do juramento da Constituição pelo exército auxiliar do Peru, foi feita uma associação tentando encontrar no passado inca um elo reforçador da identidade americana que os diferenciava dos colonizadores europeus. A imagem é artificiosa, mas ilustra a necessidade de construção de uma identidade própria:

(...) “Manes ilustres de los Incas que

yaceis en un reposo impertubable (...) Recibid este cordial homenaje que a vuestras sacras cenizas consagra un exercito que ha jurado vengar tanta depredación, tantas injurias y tanta usurpación con que vuestros feroces verdugos han profanado este desgraciado suelo por espacio de tres y mas centurias (...) todo aquel aire de vida y animación, que hizo idolatrar nuestros antiguos progenitores” (...)<sup>18</sup>.

Não podemos deixar de assinalar que esta proclamação está sendo feita num acampamento do exército no Peru e, portanto, as referências aos incas se tornam mais próximas da realidade vivida pela audiência que assiste à solenidade. Contudo, também não podemos deixar de perceber que os idealizadores desta cerimônia de juramento fazem parte de um grupo crioulo que tenta construir laços com um passado pré-colonial, construindo um distanciamento dos colonizadores espanhóis, como se não houvesse qualquer ligação entre ambos.

Ao estudarmos os espaços de sociabilidade na cidade de Buenos Aires, não podemos deixar de levar em consideração a visão que os viajantes tinham da cidade. Nesse sentido, primeiramente, consultamos a obra de Carlos Cordero<sup>19</sup>, no intuito de analisar o seu levantamento bibliográfico sobre os diversos viajantes que publicaram visões sobre a cidade no período por nós estudado. A partir deste levantamento, consultamos as diversas obras relacionadas em diversas bibliotecas de

Buenos Aires e elegemos alguns relatos que consideramos mais importantes para o nosso objetivo.

Conforme informação de Guillermo Moores<sup>20</sup>, até o ano de 1820 só se conhecem vistas panorâmicas da cidade de Buenos Aires, feitas em sua maioria a partir do Rio da Prata. Havia, portanto, até essa data, somente reproduções feitas do exterior. Emeric Essex Vidal, ao contrário, é o primeiro dos ilustradores de Buenos Aires que entra na cidade e circula por suas ruas. Vidal, da marinha inglesa, chegou a Buenos Aires em missão de serviço nos últimos meses de 1816 e permaneceu na Argentina durante dois meses e meio<sup>21</sup>. São suas as únicas iconografias que retratam a cidade de Buenos Aires no período por nós estudado.

A cidade de Buenos Aires se desenvolveu, durante o período colonial, tendo como centro de gravidade a economia exportadora de metais do Alto Peru. A situação da cidade até meados do século XVIII, quando houve a fundação do Vice-reino do Rio da Prata, era bastante frágil. A coroa espanhola, influenciada pelas elites dirigentes no vice-reino do Peru, não incentivou o crescimento da cidade como um autêntico porto exportador de metais preciosos e importador de produtos europeus. A cidade era considerada importante do ponto de vista estratégico, como um bastião de defesa contra as invasões estrangeiras, assumindo, portanto, um caráter defensivo. Esta situação muda significativamente com a execução das reformas borbônicas. A criação do vice-reinado deu uma maior autonomia à cidade e incrementou o seu desenvolvimento econômico. Nesse período, a

produção pecuária ganhava cada vez mais importância, e a economia da região se desenvolvia.

Com as invasões napoleônicas e a desagregação do império espanhol, a cidade de Buenos Aires se liberta das amarras do pacto colonial e assume de fato o papel que efetivamente já exercia, mesmo que clandestinamente, de exportador de matérias-primas e importador de manufaturas européias. A liberdade comercial fez com que a cidade de Buenos Aires se transformasse num pólo irradiador das manufaturas européias, alterando o quadro de influências no interior da América do Sul. As províncias do noroeste do vice-reinado, assim como a região do Alto-peru se voltam para este pólo irradiador econômico-financeiro. Este desenvolvimento foi tão grande que, já em 1820, a cidade de Buenos Aires ultrapassava a população da cidade de Lima, que, durante o período colonial, era a cidade mais importante da região e se transformou numa das cidades mais importantes do comércio atlântico.

A definição espacial deste trabalho, restrita à cidade de Buenos Aires, parte do pressuposto de que a cidade em tela possui, para o período, uma riqueza maior de fontes documentais, principalmente em se tratando de periódicos, o que nos permite trabalhar com uma amostragem bem mais significativa. Além disso, a cidade possuía, desde o século XVIII, um papel significativo na política da região, que foi implementado pelas transformações econômicas do início do século XIX, que incentivaram suas elites no sentido de tentar direcionar o processo de criação da nação sob sua influência e poder. Isso não sig-

nifica que o processo de formação nacional está exclusivamente ligado ao estudo da cidade de Buenos Aires e, portanto, não invalida os possíveis estudos em outras regiões argentinas relativas ao mesmo período. Contudo, para se entender o processo de construção da nação argentina, o estudo do papel e da influência da cidade de Buenos Aires é imprescindível.

O grande desenvolvimento da cidade de Buenos Aires a partir das Reformas Bourbonicas, principalmente após a abertura relativa do porto da cidade e a flexibilização do monopólio de Cádiz, pode ser aferido pelo seu respectivo crescimento populacional. A partir de meados do século XVIII até o movimento de maio de 1810, Susan Socolow e Lyman Johnson estimam que a população da cidade quadruplicou, passando de 10.056 habitantes em 1744 para 42.540 habitantes em 1810<sup>22</sup>.

Por questões de segurança e por questões fiscais, foram feitos diversos censos no período correspondente ao nosso estudo<sup>23</sup>. Em 1822, é realizado um censo na cidade de Buenos Aires por Ventura Arzac. Esse censo não foi publicado de uma forma completa; contudo, podemos encontrar os totais de cada bairro ("cuartel") no "Registro Estadístico del Estado de Buenos Aires", publicado por Ricardo Trelles em 1858. Sabemos que foram realizados levantamentos nos anos de 1816 e 1817, visto que figuram no arquivo os bandos e ordenanças para a sua realização; contudo, esses levantamentos não foram encontrados. Provavelmente devem ter sido destruídos pela ação do tempo ou estão ainda extraviados.

Segundo Susana Frías e Liliana Méndez, não há um consenso sobre a realização de um censo da população da cidade de Buenos Aires em 1815. Ricardo Trelles, em seu Registro Estatístico, omite esse censo. Contudo, Antonio Zinny, em artigo publicado em 1872 sobre esse censo realizado na cidade de Buenos Aires, afirma que o total de habitantes dos 33 bairros da cidade, segundo contagem realizada em agosto de 1815, era de 51.779 habitantes<sup>24</sup>. Entre os historiadores contemporâneos, poucos fazem menção explícita a esse censo, como, por exemplo, Ricardo Piccirilli, em seu artigo na obra "História da Nação Argentina"<sup>25</sup>. Sobre esse censo, a equipe comandada por Susana Frías conseguiu localizar algumas referências em documentos do período, assim como em alguns periódicos, como o n.84 do "El Censor", de 24 de abril de 1817. Além disso, a equipe conseguiu recuperar um exemplar do resumo total da população da cidade, cujas cifras são coincidentes com as de Antonio Zinny.

A região do Rio da Prata e principalmente suas cidades, como é o caso de Buenos Aires, foram desenvolvendo paulatinamente uma série de novas formas de sociabilidade que foram intensificadas a partir da conjuntura da independência. Um novo conjunto de formas associativas foi surgindo a partir de 1810, e o incremento da imprensa assumiu um papel fundamental. Os encontros nos cafés, nos salões, nas pulperias, as associações de ajuda mútua, entre outros, impulsionaram as novas e modernas relações de convívio que permitiram o florescimento de uma nova consciência de pertencimento.

Os estudos sobre a sociabilidade são bas-

tante variados, e podemos encontrar uma variada bibliografia<sup>26</sup>. Esta parte de nosso trabalho se restringe a apontar alguns elementos da sociabilidade pública no período de 1810 a 1829. Por sociabilidade pública nos referimos, como o faz Pilar Gonzalez Bernaldo, às relações humanas que se desenvolvem fora do espaço privado e, portanto, num lugar em princípio, mas não obrigatoriamente de livre acesso, e cujas relações não são tecidas pelo pertencimento a uma comunidade de afeição, como a comunidade familiar<sup>27</sup>. Não nos preocupamos aqui com a sociabilidade dos lugares privados nem com a sociabilidade rural. Tampouco faremos um estudo das sociabilidades familiares ou especificamente populares. Nosso objetivo aqui, neste trabalho, é tentar fazer uma pequena análise de como a sociabilidade pública, que implica todo um conjunto de sentimentos de pertencimento coletivo, foi importante para cimentar a idéia de um sentimento nacional, permitindo construir, mesmo que fragilmente, os contornos de uma comunidade nacional. Nosso corpus documental se restringirá, neste caso, ao estudo de alguns periódicos, documentos de arquivo e memórias de viajantes.

Pretendemos abordar alguns aspectos da sociabilidade urbana, sem que pretendamos esgotá-los, pois consideramos que, por meio dessas práticas, podemos mapear alguns elementos que permitiram forjar sentimentos de comunidade importantes no processo de transformação dessa mesma sociedade, ou seja, tentar mapear como foram sendo criadas as relações de pertencimento com a nova realidade instaurada.

No período colonial, as relações de sociabilidade eram profundamente marcadas pelos laços de sangue e familiares. Nas vilas onde se exerciam as funções administrativas principais, raramente eram extrapoladas as relações de sociabilidade tradicionais, não ultrapassando os limites da vizinhança mais próxima e as relações de base familiar<sup>28</sup>. Esse quadro passa a sofrer uma transformação a partir de meados do século XVIII. Apesar da manutenção dos fortes laços familiares, um novo conjunto de sociabilidades se desenvolve, respondendo aos anseios e demandas da nova conjuntura que se estruturava a partir do desenvolvimento do liberalismo. Exatamente no momento em que surgem novas possibilidades de rompimento das práticas de sociabilidade tradicionais, surge também a possibilidade da construção de novos sentimentos de pertencimento que poderiam romper com os aspectos localistas e restritivos e estabelecer sentimentos de pertencimento mais abrangentes, ligados a espaços maiores como a província, ou até mesmo uma nação. É neste sentido que podemos trabalhar o surgimento do que seria um sentimento de pertencimento a uma comunidade nacional.

Ao abordarmos esse espaço de sociabilidade, precisamos, primeiramente, definir suas características principais como espaço socializante em que a bebida assumia um papel primordial. Sua definição é disputada por duas teses que divergem quanto às práticas sociais que tais pulperias podem suscitar. Gonzalez Bernaldo, ao analisar as pulperias, ressalta o embate entre a tese “americanista” e a “hispanista”. Para os americanistas, a pulperia seria um espaço de consumo de be-



bidas de âmbito local e, portanto, um espaço marcadamente popular. Para os hispanistas, se trataria de um espaço de troca de mercadorias, estabelecido pela colonização espanhola, o qual não se caracterizaria primordialmente como um lugar de encontro. Para ela, a pulperia em Buenos Aires seria exatamente uma mistura das duas teses<sup>29</sup>.

Podemos ver a importância das pulperias na circulação de idéias pela preocupação do governo em controlar os seus horários de funcionamento durante períodos de crise política. A pulperia era normalmente associada ao consumo abusivo de álcool e ao jogo, principalmente o jogo de cartas, sendo sua clientela eminentemente popular. As referências documentais, na maioria das vezes, se referem à clientela como um conjunto de vagabundos. Essas referências pouco explicitam sobre os que efetivamente freqüentavam as pulperias, mas normalmente se referem aos setores mais baixos da hierarquia social, como os mestiços, os índios e os negros. Daí, portanto, o fato de a maioria das medidas institucionais tomadas em relação às pulperias se preocuparem com a questão da ordem social, como a repressão à vadiagem e às brigas por embriaguez.

Bernaldo ressalta que os primeiros registros que caracterizam a pulperia como lugar de reunião datam de 1715 e apresenta uma estatística bastante surpreendente. Segundo informações que Pilar González Bernaldo coleta de Besio Moreno e Lyman Johnson e Susan Socolow, a cidade de Buenos Aires, em 1715, com 8908 habitantes, possuía 300 pulperias, numa superfície construída de 1 km<sup>2</sup>, ou seja, a cidade possuía a cifra significativa de 1

pulperia para cada 30 habitantes.<sup>30</sup> A população cresce num ritmo maior que o número de pulperias, e em 1826 podemos encontrar um total de 464 pulperías na cidade.<sup>31</sup>

O governo tentou controlar este espaço de sociabilidade e, percebendo o seu potencial como foco de discussão política, implementou, desde o período colonial, uma série de medidas no intuito de impedir qualquer foco de descontentamento. No final do século XVIII, o vice-rei Arredondo manteve a proibição, já existente, da reunião de pessoas, do uso violões e dos jogos de cartas no interior das pulperias.<sup>32</sup> O governo queria que a pulperia mantivesse somente a sua função no processo de circulação de produtos, como um espaço de venda de mercadorias. Certamente esta proibição não era seguida todo o tempo, e nem por todos os pulperos, talvez somente no momento da passagem dos fiscais ou dos guardas. Isso demonstra o quão importante era este espaço no processo de construção de novas relações de vizinhança e de comunidade. Esse controle também foi tentado, sem êxito, pelo governo revolucionário após o movimento de maio.

Pilar Gonzalez Bernaldo faz um levantamento das pulperias na cidade de Buenos Aires em 1826 através dos Almanques de Comércio, que passam a ser publicados a partir daquela data. A partir de uma metodologia gráfica, chega à conclusão de que quase todas as ruas contavam com pelo menos uma pulperia, e sua concentração maior se manifestava nos eixos de maior comunicação e troca comercial.<sup>33</sup> As referências que consulta permitem que sejam feitas análises mais pormenorizadas a partir de 1826. Contudo,

suas conclusões são importantes para o entendimento do período anterior, na medida em que assinala uma tendência que vem sendo construída durante muito tempo, principalmente no período por nós estudado. O seu grande desenvolvimento, mesmo com todas as medidas restritivas e controladoras, demonstram que a sociabilidade implementada nas pulperias estava profundamente enraizada nos hábitos sociais e tinha conexões com a realidade econômica e política da sociedade portenha do período, sendo também um grande pólo mobilizador da população em seus momentos de crise política e social, como foi o caso do período em que a independência foi conquistada.

As pulperias consolidavam, em termos econômicos, um circuito comercial bastante poderoso que até oferecia alternativas à economia pecuária e ao parco mercado de trabalho na cidade. As relações de troca incluíam a venda, por parte do pulpero, de produtos artesanais feitos pelos seus clientes que procuravam, assim, pagar as suas dívidas contraídas no jogo ou na bebida e, portanto, no seu divertimento, assim como a compra e venda de produtos comestíveis. Alguns clientes poderiam até oferecer sua mão-de-obra como forma de pagamento. O pulpeiro também podia aceitar couros como uma das formas de pagamento. Isso estimulava, no campo, a produção própria ou até mesmo o roubo aos grandes proprietários, permitindo que os “gaúchos”, por exemplo, mantivessem um meio de subsistir economicamente. Ora, isso era altamente prejudicial numa economia que carecia de mão-de-obra, e explica por que os grandes proprietários viam com desconfiança a manutenção

desse circuito comercial, principalmente das pulperias itinerantes (volantes).

Em 1820, por exemplo, quando houve a guerra entre as províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Entre-Rios, o governador da província de Buenos Aires adotou uma série de medidas no intuito de “restabelecer a ordem e a tranquilidade pública”. Dentre elas, podemos destacar:

“1º. Que ninguna pulpería ni casa de abasto pueda estar abierta por mas tiempo que hasta las 10 de la mañana, y por la tarde desde las 5 a las 6, en el que procurará el vecindario surtirse de lo necesario por el termino de 8 dias, bajo la pena al que contraviniere de cien pesos de multa”. 2º. Que nadie sea osado de presentarse armado con solicitud de ninguna especie en casa de ningun vecino, ni estos de obedecer orden que no vaya por conducto de los Alcaldes o sus Tenientes, o de los ayudantes conocidos de la Plaza. 3º. Que los dichos Alcaldes o sus Tenientes aprehendan sin distincion de persona a todo el que se le viesse estar haciendo fuego por las calles, o de sus casas y lo presenten al Sr. Alcalde de 2º. voto para que disponga lo conveniente conforme a lo acordado por el Excelentísimo Ayuntamiento” (...) <sup>34</sup>

Percebemos, por essas medidas, que havia uma preocupação no desarmamento da população assim como na manutenção do con-

trole feito pelos alcaides de bairro. Juntamente com medidas que atingissem este objetivo, o governo se preocupou com as pulperias. Essa preocupação demonstra o seu papel importante como meio de socialização e discussão da cena política, dentre os diversos espaços de sociabilidade existentes na cidade, como as escolas, os mercados e até mesmo a igreja paroquial.

O espaço do mercado e o das pulperias possuíam dois tipos de clientela com diferentes níveis de sociabilidade e periculosidade. Nesses espaços podíamos encontrar os vizinhos mais próximos, que, por terem residência nos arredores e serem conhecidos, eram mais moderados em suas atitudes, e também os homens que estavam de passagem ou estrangeiros, normalmente moradores das regiões suburbanas ou do interior, que, por não terem residência conhecida, tinham menos receio da repressão policial. A sociabilidade nesses espaços era ainda, fundamentalmente, uma sociabilidade construída por meio do pertencimento a uma comunidade de vizinhança onde predominavam os laços primários. Contudo, os que vinham do subúrbio ou do interior se integravam nesse espaço de sociabilidade que supunha, mesmo que embrionariamente, um sentimento de comunidade política.

Ao falarmos dos ambientes de sociabilidade, não podemos deixar de mencionar os cafés, visto que consideramos os espaços de sociabilidade masculina, principalmente os de consumo de bebidas, muito importantes para a implementação do sentimento de comunidade no período. Ainda durante o século XVIII, as pulperias congregavam em seu seio

os diversos elementos sociais que compunham a sociedade portenha e que não tinham outras opções para o consumo de bebidas fora do espaço privado da casa. Contudo, a partir de inícios do século XIX, surgem novos espaços em que se reuniam para beber e também para jogar os membros das camadas dominantes. Esses espaços, os cafés, possuíam uma clientela mais selecionada, composta de estudantes, membros das classes mais abastadas, homens de negócios ou militares<sup>35</sup>. A legislação que tentava controlar as reuniões no âmbito das pulperias tiveram pouca efetividade no caso dos cafés, na medida em que o governo os considerava bem menos perigosos do que os espaços de sociabilidade popular das pulperias.

Os cafés passaram a ser um espaço de sociabilidade bastante difundido entre a elite urbana de Buenos Aires. A posição de Beaumont era de reprovação ao que considerava como uma ameaça à manutenção do espaço de sociabilidade familiar<sup>36</sup>.

Os cafés responderam aos anseios de setores das camadas dominantes que já não se satisfaziam com o espaço público construído nas reuniões literárias (espaço público literário) e tampouco nas tertúlias que tradicionalmente ainda ocorriam nos salões de algumas casas de família, geralmente entre amigos conhecidos que se encontravam para conversar. O hábito de ir aos cafés se generalizou entre a população masculina e foi mais ativa nos indivíduos que ainda não tinham se casado, os celibatários. Contudo, era possível também encontrar, num mesmo café, homens casados e estudantes dividindo o mesmo espaço, como no café de Marco, enquanto que,

em outros cafés, a frequência podia assumir um caráter mais aristocrático, tendo pouca participação estudantil. O número de cafés certamente era bem menor que o número de pulperias. Em 1826, Pilar Bernaldo afirma que havia, em Buenos Aires, 19 cafés<sup>37</sup>.

Esse espaço de sociabilidade era um espaço de lazer e de entretenimento cultural. Nele encontramos indivíduos que, ao fazer um uso público de sua razão individual, põem em discussão diversos assuntos, dentre eles, os relacionados à política e à administração pública. As reuniões que aconteceram no Café de Marco, no decorrer do movimento de maio, e em que participaram diversos intelectuais que se autodenominaram membros do “Clube do Café de Marco”, assumiram características revolucionárias. A historiografia sobre a independência abordou em detalhes esse episódio, que fez com que o governo revolucionário implementasse uma série de medidas para conter esse tipo de reuniões. Pilar Bernaldo destaca a “importância das relações estabelecidas entre a sociabilidade nos cafés, os sentimentos de pertencimento cultural e a potencialidade política destes encontros”<sup>38</sup>.

Um exemplo claro do papel dos cafés como agentes de discussão das idéias veiculadas nos periódicos é a publicação de um artigo no jornal “El Censor” de 7 de janeiro de 1812. Este jornal foi editado por Vicente Pazos Silva, que era anteriormente um dos redatores da “Gazeta de Buenos Aires”. A Gazeta era publicada às terças e sextas por dois editores. Em dezembro de 1811, cada editor ficou responsável por uma edição semanal. Vicente Pazos Silva se encarregou dos números que saíam às terças e Montegudo

dos que saíam às sextas. A animosidade entre os dois chegou a tal extremo que Vicente Pazos se retirou da Gazeta após a publicação do número de 31 de Dezembro. Passou a redigir seu próprio periódico, mantendo o mesmo dia de publicação e as mesmas características tipográficas da Gazeta.

Em seu último número na Gazeta, Vicente Pazos Silva, ou Pazos Kanki como ficou mais conhecido, escreveu um artigo intitulado *Variiedades*, em que afirmava que a luta pelo ideal de liberdade até aquele momento não tinha alcançado nenhum de seus objetivos. Fazia críticas ao governo de Saavedra, e o seu conteúdo gerou muitas críticas.

O primeiro número do “El Censor” começa sintomaticamente com um artigo intitulado *Tolerancia*. Pazos Kanki faz um arrazoado sobre os males que a intolerância causou à humanidade. Logo em seguida publica um artigo (*Artículo Comunicado*), de um anônimo, relatando a intolerância de alguns indivíduos num café de Buenos Aires. Pazos Kanki, provavelmente, era o autor do artigo “anônimo” que demonstrava que as reações ocorridas no tal Café impediam que as pessoas se atrevessem a contar ou assumir a verdade.

A situação descrita no café demonstra o papel desse espaço de sociabilidade na discussão das idéias veiculadas pelos periódicos:

(...) ”Sr. Editor... parece que se ha empeñado el destino o la causalidad en hacerme espectador involuntario de los lances mas desagradables. Retirado en uno de los ángulos del patio de un café, bebia sosegado un poco de agua una de estas noches

calorosas, quando el extraordinario murmullo y gritos descompasados de los que estaban en una de las salas alteró mi sosiego, tentó mi curiosidad, y como por encanto me hallé en la puerta de la pieza: diez o doce individuos sentados unos y parados los más, con gesto y ademanes de cólera execraban la gazeta del 31 de que espiró, querrian devorar a su autor, y no pudiendolo haber a las manos, decretaron hacer con su papel lo que hubieran querido executar con él; uno de ellos lo quemó publicamente, espectando este escandaloso acto los dichos diez o doce con vivas, y plácemes, al paso que el resto numeroso de concurrentes poseidos de la mayor sorpresa, e ignorando que partido deberian tomar en aquel compromiso, ocurrieron al silencio que en casos tales es el mas eloqüente acusador; confieso con toda la franqueza de mi corazon, que este suceso hizo que mi alma sufriese una amargura de que jamas habia formado idea” (...)

O relato acima transcrito, que descreve a reação de um grupo de pessoas que certamente tinham como inspirador e árbitro o escritor da Gazeta das sextas feiras, Bernardo de Monteagudo, demonstra que um grupo de pes-

soas se reunia numa sala do café para discutir um artigo de jornal, e sua reação fez com que outras pessoas que estavam dispersas no salão ou em outras salas se aproximassem da manifestação de ódio dos presentes. Sem dúvida, uma opinião pública, mesmo que incipiente, estava surgindo naquele momento.

Nosso objetivo não é fazer um estudo das formas de sociabilidade associativa em Buenos Aires, tema estudado por Pilar González Bernaldo em sua tese de doutorado, que enfocou o período de 1829 a 1862, mas sim ressaltar o papel que os cafés tiveram nas duas primeiras décadas após o movimento de maio (1810-1829), no sentido de construir um novo espaço de sociabilidade que rompe com as relações de tipo tradicional, ligadas à família e à vizinhança. O número reduzido de cafés, assim como a sua localização restrita à região mais nobre da cidade, perto dos grandes prédios públicos e das principais escolas, sedimentaram um novo tipo de relação, estimulando a formação de uma esfera pública. Isto porque os indivíduos que se encontravam nos cafés, que não tinham relações de amizade nem eram vizinhos, construíram relações de sociabilidade a partir do compartilhamento de valores culturais e políticos que supunham um sentimento comum de pertencimento. Os cafés representam, portanto, em estado embrionário, uma das primeiras instituições de sociabilidade pública que permitem a consolidação de uma nova estrutura política, o governo da nação.

## Notas

- 1 GUERRA, François Xavier. **Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas**. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, p. 232.
- 2 Guerra, op. cit., p. 319.
- 3 GUERRA, op. cit., p.13. Guerra foi um dos primeiros a trabalhar com os aspectos da sociabilidade na América Latina, conforme podemos constatar em seu trabalho sobre o México. Na França, estes estudos se desenvolveram a partir dos trabalhos de Maurice Agulhon.
- 4 GUERRA, op. cit., 23.
- 5 Cf. GUERRA, op. cit. Guerra utiliza a diferenciação entre formas tradicionais ou do Antigo Regime e formas modernas ou “democráticas”.
- 6 Cf. ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-Estar na Modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 9.
- 7 HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução de Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- 8 ELEY, Geoff. Nations, Publics, and Political Cultures: Placing Habermas in the Nineteenth Century. In: CALHOUN, Craig. **Habermas and the Public Sphere**. 3. ed. Cambridge: The MIT Press, 1994, p.291
- 9 ELEY, op.cit., p.303.
- 10 HOHENDAHN, Peter Uwe. The Public Sphere: Models and Boundaries. In: CALHOUN, Craig. **Habermas and the Public Sphere**. 3. ed. Cambridge: The MIT Press, 1994, p103.
- 11 ELEY, op. cit., p.321.
- 12 ELEY, op. cit., p.321.
- 13 MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **O liberalismo radical de Frei Caneca**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.
- 14 El Censor, n. 12, 9/11/1815.
- 15 GUERRA, op. cit., p.105.
- 16 AGN, Sala VII, Colección Andrés Lamas, legajo 66.
- 17 Cf. AGN, AL, legajo 66.
- 18 AGN, AL, legajo 66.
- 19 CORDERO, Carlos. **Los relatos de los viajeros extranjeros posteriores a la Revolución de Mayo como fuentes de Historia Argentina. Ensayo de sistematización bibliográfica**. Buenos Aires: Imprenta y Casa Editora; Institución Mitre, 1936.
- 20 MOORES, Guillermo H. **Estampas y vistas de la ciudad de Buenos Aires (1599-1895)**, 1960, p. 43.
- 21 BONIFACIO DEL CARRIL. **Monumenta iconográfica**. Buenos Aires: Emecé Editores, p. 41.
- 22 SOCOLOW, Susan e JOHNSON, Lyman. Población y espacio en el Buenos Aires del siglo XVIII. **Desarrollo económico**, v.2 0, n. 79, pp. 329-349, 1980.
- 23 No “Archivo General de la Nación”, podemos encontrar diversos censos que podem ser classificados de acordo com os seus objetivos, como, por exemplo, o censo feito em 1810 (Padrón de habitantes de la ciudad), cujo objetivo era de ordem geral e militar; já o censo feito em 1812 (Padrón de habitantes de la Ciudad y Campaña de Buenos Aires), tinha um objetivo exclusivamente militar. Houve também diversos censos que se preocuparam com os estrangeiros, principalmente os espanhóis europeus, como o censo feito em 1815 (Relación de los españoles europeos solteros con excepción de aquellos que tengan ocupación conocida em panadería, agricultura u otro ramo de igual utilidad), censo de estrangeiros, como se pode perceber, com claro objetivo político; o censo feito em 1816 (Razón de los europeos españoles existentes en los 34 cuarteles de esta ciudad), tinha um objetivo fiscal. Este censo se realizou para cumprir o decreto do Diretor Supremo de janeiro de 1816 que ordenava um empréstimo forçado de 200.000 pesos. Outro censo feito também em 1816 complementava o anterior, pois tinha como objetivo levantar o total de estrangeiros na cidade. O censo feito em 1818 (Padrón de individuos americanos, extranjeros y españoles europeos con carta de ciudadanía y los demás de esta última clase sin ella, vecinos domiciliados en esta capital) tinha um claro objetivo militar. Mas também houve censos cujos objetivos eram puramente fazer o resumo geral dos habitantes da cidade, como o censo de 1815, o de 1822, assim como o feito em 1829. Não podemos deixar de lembrar que o primeiro Censo Nacional aconteceu em 1869.
- 24 FRÍAS, Susana R. e MÉNDEZ, Liliana R.

**Censos y padrones existentes en el Archivo General de la Nación, 1776-1852.** Buenos Aires: AGN, 1974, p. 3.

- 25 Cf. PICCIRILLI, Ricardo. Evolución social y censos nacionales. In: **Historia de la Nación Argentina.** Buenos Aires: Imprenta de la Universidad, 1936.
- 26 Maurice Agulhon possui diversos trabalhos sobre esta temática. No caso argentino, Pilar Gonzalez Bernaldo faz um estudo dos espaços de sociabilidade no período de 1829 a 1862.
- 27 Cf. Bernaldo, Pilar Gonzalez. **La création d'une nation. Histoire politique des nouvelles appartenances culturelles dans la ville de Buenos Aires entre 1829 et 1862.** Panthéon-Sorbonne, Université de Paris I, 1992. Direction: François X. Guerra, pp. 35-36.
- 28 Utilizamos a definição da sociologia entre laços primários e secundários. Entre a família que seria um grupo primário e a nação – grupo secundário (comunidade de pertencimento político), haveria elementos intermediários, como as reuniões nos cafés, ou as diversas formas associativas.
- 29 Cf. Bernaldo, p. 68.
- 30 Cf. Bernaldo, p. 69.
- 31 Cf. Bernaldo, p. 73. Bernaldo ressalta que, para conhecer o número de estabelecimentos comerciais a partir de 1826, é necessário consultar os Almanques de Comércio. Contudo, esses almanques, ao se basearem no registro de patentes comerciais, não têm como contar os inúmeros comerciantes que não se registraram, burlando a fiscalização e a cobrança de taxas do governo. Outra fonte de imensa importância são os arquivos de polícia, que, para o período pós-independência, se encontram na sala X do AGN.
- 32 Cf. o Regulamento de Comércio de 1790 em Jorge A. Bossio. *Historia de las Pulperías.* Buenos Aires: Ed. Plus Ultra, 1972. Apud Bernaldo, p. 74.
- 33 Cf. Bernaldo, p. 86.
- 34 AGN, AL, Legajo 66, Bando de D. Manoel de Sarratea, 1º. de abril de 1820.
- 35 Não há muitos trabalhos que abordem os cafés no início do século XIX. Dentre os que consultamos, podemos destacar o de Pilar Gonzalez Bernaldo e o de Jorge A. Bossio. *Os cafés de Buenos Aires.*

Buenos Aires: Sharpire, 1968. Encontramos diversos trabalhos sobre os cafés, que, aliás são até hoje um hábito na cidade de Buenos Aires, mas esses trabalhos se referem, em sua maioria, ao período final do século XIX e o seu desenvolvimento neste século.

36 BEAUMONT, J. A. B. **Viajes por Buenos Aires, Entre Ríos y la Banda Oriental (1826-1827).** Buenos Aires: Hachette, [1957].

37 Bernaldo, p. 98.

38 Bernaldo, p. 102.

### Referências Bibliográficas

- BERNALDO, Pilar Gonzalez. **La création d'une nation. Histoire politique des nouvelles appartenances culturelles dans la ville de Buenos Aires entre 1829 et 1862.** Panthéon-Sorbonne, Université de Paris I, 1992.
- CALHOUN, Craig. **Habermas and the Public Sphere.** 3. ed. Cambridge: The MIT Press, 1994.
- CORDERO, Carlos. **Los relatos de los viajeros extranjeros posteriores a la Revolución de Mayo como fuentes de Historia Argentina. Ensayo de sistematización bibliográfica.** Buenos Aires: Imprenta y Casa Editora; Institución Mitre, 1936.
- FRÍAS, Susana R. e MÉNDEZ, Liliانا R. **Censos y padrones existentes en el Archivo General de la Nación, 1776-1852.** Buenos Aires: AGN, 1974.
- GUERRA, François Xavier. **Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas.** Madrid: Editorial Mapfre, 1992.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Tradução de Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-Estar na Modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOCOLOW, Susan e JOHNSON, Lyman. Población y espacio en el Buenos Aires del siglo XVIII. **Desarrollo económico**, v. 20, n. 79.